

Parecer Técnico Sobre a Solicitação de Celebração de Convênio de Cooperação Administrativa e Técnica entre o Município de Betim e o Estado de Minas Gerais.

RESUMO

Em 27/06/2012 a prefeitura de Betim apresentou documentação visando à celebração com o Estado de Minas Gerais de Convênio de Cooperação Administrativa e Técnica, nos termos da DN COPAM 102/2006, para licenciamento, controle e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras classificadas segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004 como classes 1 a 4, localizadas em seu território e de impactos reconhecidamente locais.

A documentação foi analisada e este parecer é **favorável** à celebração do Convênio de Cooperação Administrativa e Técnica entre o Estado e o Município de Betim.

Recomenda-se o encaminhamento deste parecer à CNR/COPAM para apreciação e deliberação sobre a proposta de convênio.

AUTOR: Gestora Ambiental - Sonia Maria Farace Braga Chaves	Superintendente de Gestão Ambiental - Marisa Lapertosa Diretor de Gestão Participativa e Articulação Institucional – Rodrigo Ribas
SEMAD/SUGA/DGPAI	

INTRODUÇÃO

A cooperação entre os entes federativos para a proteção ao meio ambiente é uma prerrogativa da Constituição Federal, em vista do disposto nos incisos III, VI e VII do *caput* e no parágrafo único do Art. 23 da Constituição Federal:

“Art. 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, Artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (...) VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora. (...) Parágrafo único - Lei complementar¹ fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional” (Constituição Federal; 1988).

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) instituiu o licenciamento ambiental como um instrumento da política ambiental, visando o controle das atividades efetiva ou potencialmente causadoras de impacto ambiental. Este instrumento pode ser exercido de maneira cooperada entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), na forma como rege a Lei Complementar Federal nº 140, de 08/12/2011. Em Minas Gerais, as diretrizes para a cooperação administrativa e técnica do Estado com os Municípios, visando ao repasse do licenciamento, fiscalização e controle de empreendimentos e atividades impactantes ambientalmente, de responsabilidade do Estado, são estabelecidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 102/2006.

Em 26 de agosto de 2002, a Prefeitura Municipal de Betim e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) firmaram o Convênio de Cooperação administrativa e técnica nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 029/98, visando ao licenciamento, à fiscalização e ao controle das atividades de impacto local. No dia 19 de março de 2008 foi realizada a última visita técnica ao município para avaliar o desempenho do Sistema de Gestão Ambiental de Betim e a sua adequação à DN 102/2006. A avaliação feita foi positiva no que tange ao atendimento das principais metas propostas pelo município e as exigências da DN 102/2006, caracterizando-se mais uma vez a melhoria contínua.

Diante das informações prestadas e das constatações feitas concluiu-se que o Sistema de Gestão Ambiental de Betim vinha apresentando muito boa atuação, cumprindo a DN COPAM 102/2006, sendo o município, inclusive, precursor nos aspectos de sustentabilidade, atuação local e educação ambiental.

Desde o final do ano de 2008, a Secretaria Adjunta de Meio Ambiente foi transferida para o Centro Administrativo João Paulo II, situado à Rua Pará de Minas nº 640 no Bairro Brasília, e no início de 2009, a Secretaria foi reestruturada, quando recebeu um grande número de técnicos.

¹ A Lei Complementar que fixa essas normas é a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS - BETIM

Aspectos físicos e Unidades de Conservação

Localização

O Município de Betim situa-se na Zona Metalúrgica e integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com um território de 346 km², dista 31 km de Belo Horizonte por rodovia e 38 km por ferrovia. A área do Município insere-se na bacia do rio Paraopeba, afluente do rio São Francisco, com o ribeirão Betim cortando a cidade. O Município faz divisas com Esmeraldas, Contagem, Juatuba, Igarapé, Ibirité, São Joaquim de Bicas, Mário Campos e Sarzedo.

População

De acordo com o IBGE, a população total do Município de Betim em 2010 é estimada em 378.089 habitantes.

Geologia

Complexo Basal Indiferenciado constitui a unidade predominante de Betim. As rochas que constituem essa unidade são gnaiss e migmatitos, representando o embasamento cristalino. Outras também estão presentes, tais como depósitos aluvionários, que se distribuem ao longo dos principais cursos d'água, e as detríticas que ocupam os topos alongados de colinas, vertentes convexas e rampas de colúvio.

Pedologia

As classes de solos observadas no Município de Betim são:

Cambissolo; Argissolo; Latossolo; Neossolos Flúvicos; Gleissolo.

Hidrografia

O Município de Betim se insere na bacia hidrográfica do rio Paraopeba e o ribeirão Betim corta toda a cidade. A nascente do ribeirão Betim está situada na altitude de 920 m, no Município de Contagem. Sua bacia tem uma área de drenagem total de aproximadamente 172 km² e deságua no rio Paraopeba após percorrer 43 km. De sua área total, aproximadamente 139 km² ou 80 % estão no Município de Betim, numa região de maior concentração de ocupação urbana. Os principais afluentes são os córregos Saraiva, Bom Retiro, Várzea das Flores e o riacho das Areias.

O reservatório Várzea das Flores é uma obra de engenharia que tem uma grande capacidade de amortecimento de vazões de cheias, constituindo-se num fator de segurança para a bacia em barra a jusante. Esta segurança decorre de um rigoroso controle de ocupação do solo a montante.

Relevo

O relevo Município de Betim é caracterizado pelos planaltos ondulados no imenso tabuleiro que se estende pelos contrafortes da Serra do Curral em direção ao oeste de Minas Gerais. O Relevo é acidentado, principalmente nas vertentes da Serra Negra, terminando em vales e áreas com menores declividades. A topografia de Betim pode ser caracterizada pela seguinte maneira: 15% do relevo é plano, 25% é montanhosa e a grande maioria, 60%, é ondulada.

Cobertura Vegetal

A vegetação predominante é do tipo Floresta Estacional Semidecidual, em transição para o Cerrado. As principais classes de uso do solo são: agropastoril; capoeira; floresta nativa; urbano; cerrado; campo natural; mineração; campo rupestre; reflorestamento; afloramento rochoso.

A maioria dos remanescentes florestais encontra-se nos topos e nos vales das colinas e na parte alta das vertentes.

Unidades de Conservação no Município de Betim são:

Unidade de Conservação	Categoria de Manejo	Órgão Gestor	Ato de criação	Área do Município na UC (ha)	% da área em relação ao Município
Floresta Estadual São Judas Tadeu	Uso Sustentável	Fundação Ezequiel Dias	Decreto 41809/2001	140.71.98	0,41%
Fazenda do Sino	Uso Sustentável	Propriedade particular	Portaria IBAMA 94-N, 15/08/1997	16.2	0,05%
APA Vargem das Flores	Uso Sustentável	IEF/COPASA	Lei nº. 16.197/2006	12.263	0,03%
APE Vargem das Flores	Uso Sustentável	COPASA	Decreto 20.793/1980	12.300	0,03%

ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES PARA CONVÊNIO

Política Municipal de Meio Ambiente

Conforme o Art. 3º, inciso I da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter Política Municipal de Meio Ambiente prevista em lei orgânica ou legislação específica. O município atende este requisito, pois há previsão da política ambiental expressa em sua Lei Orgânica e também possui Política Municipal de Meio Ambiente tratada pela Lei Municipal n.º 3.274, de 20 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a Política de Proteção, Preservação, Conservação, Controle e Recuperação do Meio Ambiente e de Melhoria da Qualidade de Vida, e pelo Decreto nº 16.660, de 01 de junho de 2001, que a regulamenta, além de Deliberações Normativas do CODEMA.

Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica Municipal possui no TÍTULO VI – DA ORDEM SOCIAL um capítulo específico sobre meio ambiente (Capítulo VII, dos Arts. 162 a 174). O Art. 162 (caput) faz alusão ao Art. 225 (caput) da Constituição Federal, que apresenta o meio ambiente harmônico como direito essencial de uso comum dos indivíduos. Em seguida, relaciona em oito incisos as atribuições do poder público municipal para assegurar e efetivar esse direito, incluindo o licenciamento prévio de atividades potencialmente poluidoras:

“sujeitar a prévia anuência do órgão municipal de controle e política ambiental o licenciamento para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades, construção ou reforma de instalações, capazes de causar degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outras exigências legais;” (Art. 162, § 1º, IV)”

Os Arts. 163 a 174 trazem um elenco de ações, de competência do poder público, relacionadas com a proteção, conservação e preservação ambiental.

Lei Municipal de Política Ambiental

A Lei Municipal n.º 3.274/99, que dispõe sobre *“a política de proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no município de Betim, e dá outras providências”*, apresenta capítulos e seções específicas que tratam dos princípios fundamentais, dos conceitos, do Sistema Municipal de Meio Ambiente, institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente, os instrumentos de gestão e regulação ambiental, da exploração mineral, do transporte de produtos e resíduos perigosos, da fiscalização e do controle ambientais, das sanções, da tecnologia e da pesquisa ambientais.

Conselho de Meio Ambiente

O CODEMA foi criado pela Lei Municipal nº 1.228/78 e modificado pelas Leis Municipais nº 2.126/91 e nº 3.274/99 e regulamentado pelo Decreto nº 16.660/01. Seu regimento interno foi aprovado pelo próprio órgão.

O Conselho é órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, para decidir sobre as questões, tanto preventivas quanto corretivas, que afetem o meio ambiente, e vincula-se ao Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, Art. 12 da Lei Municipal 3.274/99.

Integram ao CODEMA os seguintes segmentos, Art. 9º do Decreto 16.660/01:

I - um representante e seu suplente dos seguintes órgãos do Poder Público:	II - um representante e seu suplente, entre cada um dos seguintes segmentos ou conjunto de segmentos de entidades da Sociedade Civil:
a) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que é seu Presidente;	a) Câmara de Dirigentes Lojistas de Betim;
b) Secretaria Municipal de Saúde;	b) Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Betim - ACIABE;
c) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;	c) Representante de sindicatos de trabalhadores de categorias profissionais não liberais, com base territorial no Município de Betim;
d) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;	d) Representante de sindicato de trabalhadores de categorias profissionais liberais, com base territorial no Município de Betim;
e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;	e) representante de entidade civil com finalidade de defesa do meio ambiente;
f) Polícia Florestal do Estado de Minas Gerais;	f) Representante de entidade civil com finalidade de defesa do meio ambiente e social;
g) Superintendência Municipal de Defesa Civil;	g) Representante de entidade filantrópica;
h) Câmara Municipal de Betim.	h) Representante de universidade ou unidade de ensino superior, pública ou não, que atue no Município de Betim.

O CODEMA se reúne quinzenalmente, com datas previamente estabelecidas em calendário, e, extraordinariamente, quando necessário.

Órgão Técnico Executivo Municipal de Meio Ambiente

Conforme o Art. 3º, inciso III da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um órgão técnico-administrativo na estrutura do Poder Executivo Municipal, com atribuições específicas ou compartilhadas na área de meio ambiente, dotado de corpo técnico multidisciplinar responsável pela análise de pedidos de licenciamento, fiscalização e pelo controle de impactos ambientais, ainda que de forma consorciada com outros municípios, desde que todos os integrantes do consórcio sejam partes do convênio a que se refere esta Deliberação Normativa.

A Política Municipal de Meio Ambiente de Betim (criada pela Lei Municipal nº 3.274/99 e regulamentada pelo Decreto nº 16.660/01), estabelece em seu Art. 7º que o órgão central de planejamento, administração e fiscalização das posturas ambientais na estrutura básica da Prefeitura Municipal de Betim é a Coordenadoria de Meio Ambiente – COMEIA (posteriormente denominada SEMEIA - Secretaria Adjunta do Meio Ambiente), cabendo-lhe fornecer diretrizes técnicas aos demais órgãos municipais em assuntos e questões que se refiram a meio ambiente e, em seu Art. 8º, são designadas as atribuições e competências do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, em 23 incisos.

A Lei Municipal nº 4.093/04, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Betim, incluindo a Secretaria Adjunta de Meio Ambiente como um dos órgãos que constitui a Prefeitura trata, no Art. 12.2, da competência da Secretaria Adjunta de Meio Ambiente no âmbito da administração municipal.

Sede - Prefeitura Municipal de Betim
Secretaria Adjunta de Meio Ambiente
Secretário de Meio Ambiente: Jomar Carvalho do Amaral
Endereço: Rua Pará de Minas, 640, Bairro Brasília, Betim
Telefones: 3512-3032 E-mail: semeia@betim.gov.br

A Secretaria Adjunta do Meio Ambiente é composta pelo secretário, assessoria jurídica e por quatro divisões, como se segue:

I – Divisão de Fiscalização Ambiental e Saneamento Urbano

a) Seção de Fiscalização de Água e Esgoto

II – Divisão de Desenvolvimento e Educação Ambiental

a) Seção de Programas e Projetos Ambientais

b) Seção de Avaliação e Controle

c) Seção de Estratégias Educacionais

c.1) Setor de Mobilização Social

III – Divisão de Licenciamento Ambiental

a) Seção de Licenciamento de Estruturas Urbanas

- b) Seção de Licenciamento Industrial
- c) Seção de Licenciamento de Comércio e Serviços
 - c.1) Setor de Licenciamento para Fauna e flora

IV – Divisão de Serviços Ambientais

- a) Seção de Limpeza Urbana
 - a.1) Setor de Coleta de Lixo e Animais
 - a.2) Setor de Varrição, Capina e Córregos
- b) Seção de Destinação Final de Resíduos
 - b.1) Setor de Destinação Final de Resíduos Industriais
 - b.2) Setor Central de Tratamento de Resíduos Sólidos
 - b.3) Setor de Entulhos e Coleta Seletiva
 - b.4) Setor de Resíduos de Saúde e Animais
- c) Seção Técnica de Medição
- d) Seção de Parques Jardins e Reservas
 - d.1) Setor de Viveiros

A equipe técnica da Secretaria Adjunta de Meio Ambiente responsável pelo licenciamento das atividades é composta por:

	NOME	FORMAÇÃO/CARGO
1	Alexandre de Freitas Machado	Advogado / Efetivo
2	Bitia Afonso de Almeida	Arquiteta / Efetiva
3	Claudia Melo de Assis	Química / Efetiva
4	Elaine Carla Pinto	Bióloga / Comissionada
5	Fabiana Castro Barbosa	Bióloga / Comissionada
6	Fernando Salomé de Oliveira	Engenheiro Agrônomo / Efetivo
7	Geraldo Anselmo Costa Avila	Engenheiro Agrônomo / Efetivo
8	Karine Horta Palhares	Bióloga / Efetiva
9	Luciano da Mata Lopes	Arquiteto / Efetivo
10	Paulo César Alexandre	Téc. Agropecuária / Efetivo
11	Rita de Cássia Modesto Anizelli	Engenheira Química / Efetiva
12	Rodrigo Jose Gonçalves	Advogado / Eng. Florestal / Efetivo
13	Sylvia Neuenschwander	Advogada / Comissionada
14	Windersom Marcilio do Amaral	Engenheiro Civil / Comissionado

Sistema de Licenciamento Ambiental

Conforme o Art. 3º, inciso IV da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um Sistema de Licenciamento Ambiental que preveja: a análise técnica pelo órgão descrito no inciso III; a concessão das licenças ambientais pela instância colegiada prevista no inciso II; a indenização dos custos de análise ambiental, nos moldes do sistema adotado pelo COPAM.

Em Betim, o sistema de Licenciamento Ambiental é contemplado na Política Municipal de Meio Ambiente instituída pela Lei Municipal nº 3.274/99 (Cap. VII, Arts. 18 a 28) e regulamentada pelo Decreto nº 16.660/01 (Cap. IV, Arts. 18 a 50).

Os Arts. 21 e 20 da Lei Municipal nº 3.274/99 e do Decreto nº 16.660/01, respectivamente, informam que dependerá de licenciamento ambiental a ser concedido pelo CODEMA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim, a construção, instalação, ampliação, modificação ou o funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, classificadas como de grande, médio e pequeno porte, de acordo com a DN COPAM 01/90, bem como as que vierem a ser definidas pela legislação federal e estadual, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Os §§1º dos Arts. 21 e 20 da Lei Municipal nº 3.274/99 e do Decreto nº 16.660/01, respectivamente, informam que ficam excluídos do licenciamento as atividades e empreendimentos não listados na DN COPAM 01/90, consideradas de pequeno potencial de impacto poluidor, assim definidas mediante ato normativo do CODEMA, sujeitando-se, no entanto, ao licenciamento ambiental simplificado, de competência do titular do Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente. A DN COPAM 01/90 foi revogada pela DN COPAM 74/04, sem prejuízo da classificação, uma vez que o artigo 16 da Deliberação Normativa 102/06 fez a correlação necessária ao seu entendimento.

O licenciamento ambiental integral será realizado mediante outorga das três licenças ambientais consecutivas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Às atividades e empreendimentos de impacto existentes ou em fase de implantação na data da publicação da lei caberá o processo de licenciamento corretivo.

A DN 01/04 regulamenta o licenciamento ambiental simplificado (LAS) no Município de Betim para as atividades listadas no Anexo I da referida DN e para as atividades de porte inferior ao estabelecido na DN COPAM 74/04.

Sistema de Fiscalização Ambiental

O Sistema de Fiscalização Ambiental é contemplado na Política Municipal de Meio Ambiente instituída pela Lei Municipal nº 3.274/99 (Cap. X, Arts. 48 a 50) e regulamentada pelo Decreto nº 16.660/01 (Cap. VI, Arts. 87 a 142).

A fiscalização e o controle ambiental das atividades e empreendimentos serão realizados pelo Órgão Executivo Municipal do Meio Ambiente, no exercício de seu poder de polícia, sem prejuízo das ações de competência da União e do Estado, conforme Art. 49 da Lei Municipal 3.274/99.

A fiscalização é exercida por técnicos e servidores credenciados ou designados pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente, mediante realização de vistorias em geral, levantamentos e avaliações com a finalidade de verificação da ocorrência da infração, a partir da qual será lavrado imediatamente o auto de fiscalização e, se constatada a infração, o auto de infração respectivo, fornecendo uma via ao autuado, para o devido processo de fiscalização. Aos agentes de fiscalização cabe, após fiscalização, elaborar relatório de vistoria, com a identificação dos fatos, conforme Arts. 136 e 139 do Decreto 16.660/01.

A equipe técnica responsável pela fiscalização é composta por:

	NOME	FORMAÇÃO/CARGO
1	Carlos Wagner H. Santos Pereira	Biólogo / Efetivo
2	Clésio Candido Amaral	Tecnólogo em Gestão Ambiental / Efetivo
3	Fernanda Simone da Silva	Fisioterapeuta / Efetiva
4	Francisco de Paula Mariano	Engenheiro Agrimensor / Efetivo
5	Gustavo Miranda Franco	Bacharel Direito / Efetivo
6	Helder Vasconcelos Vieira	Téc. em Agropecuária / Efetivo
7	Lucio de Oliveira Costa	Advogado / Efetivo
8	Luiz Antonio da Rocha	Téc. em Agropecuária / Efetivo
9	Taís Santos Sebe	Engenheira Florestal / Advogada / Efetiva
10	Tânia Regina Maia	Bacharel Química / Efetiva
11	Vitor de Andrade Coelho	Biólogo / Efetivo

Destinação de receitas ao Sistema de Gestão Ambiental

O Fundo Municipal de Meio Ambiente–FMMA foi criado pela Lei Municipal Nº 3.274/99 regulamentada pelo Decreto nº 16.660/2001 que estabelece que os recursos do fundo sejam aplicados exclusivamente em planos, projetos e programas de melhoria da qualidade do meio ambiente no Município.

A coordenação e administração financeira do FMMA são feitas pelo Órgão Executivo Municipal do Meio Ambiente, cabendo ao CODEMA a deliberação sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Sistema adequado de disposição final de resíduos sólidos urbanos e tratamento de efluentes domésticos

Conforme o Art. 3º, inciso VII da DN COPAM nº 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve possuir sistema adequado de disposição final de resíduos sólidos urbanos e de tratamento de efluentes domésticos, de acordo com as normas estabelecidas pelo COPAM. A situação do município de Betim quanto a esses quesitos é a que se apresenta a seguir.

Resíduos Sólidos

Os resíduos sólidos urbanos são coletados por empresa terceirizada responsável pela limpeza urbana no Município. Os resíduos são coletados através de coleta diferenciada de acordo com a seguinte procedência e produção percentual: Resíduos domiciliares = 83,12%; Resíduos comerciais = 8,56%; Resíduos públicos = 5,35%; Resíduos dos serviços de saúde = 0,72%; Coleta seletiva = 2,29%

Os resíduos coletados eram destinados ao aterro sanitário municipal, localizado na Regional Administrativa Citrolândia. Atualmente, devido ao encerramento das atividades daquele aterro sanitário, os resíduos domésticos do Município foram destinados ao aterro sanitário da ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS onde recebem rigoroso controle ambiental.

Os principais serviços de limpeza urbana executados no Município são:

- Coleta domiciliar manual e containerizada;
- Coleta seletiva de materiais recicláveis;
- Coleta dos resíduos sólidos de serviços de saúde;
- Tratamento dos resíduos sólidos de serviços de saúde;
- Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- Capina manual e mecanizada;
- Roçada manual e mecanizada;
- Pintura de meio fio;
- Limpeza de bocas de lobo;
- Fornecimento de máquinas para o aterro sanitário;
- Campanha de educação ambiental.

Já os resíduos da construção civil atualmente estão sendo depositados em locais licenciados e serão devidamente reciclados até o fim deste ano. O Município acaba de adquirir uma usina de reciclagem de resíduos de construção e demolição URRDC, com capacidade nominal de 400-450 toneladas/dia.

Tratamento de efluentes domésticos

O Sistema de tratamento dos efluentes do Município está realizado quase em toda sua extensão, o que equivale dizer que aproximadamente 90% dos efluentes lançados nos rios são tratados.

Atualmente o município conta com sete estações de tratamento de esgoto, a saber: Petrovale, Cachoeira, Teixeira, Santo Antônio, Cidade Verde e Central. Essa última é responsável pelo tratamento de 80% dos efluentes do Município.

O Município assumiu compromisso, juntamente com a Copasa, de construir mais duas estações de tratamento, em Vianópolis e Citrolândia, até 2016.

Plano Diretor Municipal

Conforme o Art. 3º, inciso VIII da DN COPAM nº 102/2006, o município deve possuir Plano Diretor Municipal implantado ou revisado de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 10.257/2001.

O primeiro Plano Diretor de Betim foi aprovado em 1968. Anos após, em 1996, nova lei foi elaborada de forma participativa e aprovada sob o número 2.963. Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 tornou-se necessária a revisão dos Planos Diretores das cidades com mais de 100.000 habitantes e, então, foi aprovada a Lei n.º 4.574, de 2007.

Em 2011, a procura por investimentos no Município e a possibilidade de instalação de novos distritos industriais demandou uma nova revisão das diretrizes de expansão urbana. Esse trabalho deu origem à alteração do Plano Diretor, que foi aprovada mediante Lei n.º 5.177, em 10 de agosto de 2011.

Capacidade de integrar-se ao Sistema de Informações coordenado pela SEMAD

A Secretaria de Meio Ambiente disponibiliza no sítio da Prefeitura Municipal, www.betim.mg.org.br, várias informações sobre seu funcionamento, a saber:

Meio Ambiente | Agenda 21 | Codema | Energias Renováveis | Programa Boa Praça | Conservando o Meio Ambiente | Licenciamento Ambiental | Ajude a salvar a Terra | Coleta de Lixo | Despoluindo o Rio Betim | Destino do Lixo | Leis | Resíduos de Saúde | Várzea das Flores | Uma Vida Uma Árvore |

O ícone do Codema apresenta, além de informações sobre o funcionamento do órgão, informações sobre as convocações para as reuniões; calendário anual das reuniões; modelo de requerimento de licença ambiental; tabela de taxas de licenciamento.

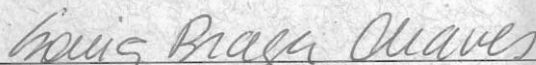
O ícone Licenciamento disponibiliza os Formulários de Caracterização do Empreendimento e de Solicitação de licença para destinação final de resíduos industriais.

O ícone Leis permite a visualização dos instrumentos normativos municipais no que diz respeito à questão ambiental, dentre eles todas as Deliberações do CODEMA, a Lei 3.274/99 e suas alterações, Decreto 16.660/01 e alterações.

Conclusão

Por meio do exposto neste parecer técnico e de acordo com os documentos apresentados conclui-se que o município possui um conjunto de boas experiências relativas à gestão ambiental, além de corpo técnico e administrativo estruturado e qualificado, formado em sua maioria por especialistas na área ambiental, sendo, portanto, este parecer **favorável** à celebração entre o Estado e o Município de Betim do convênio de cooperação administrativa e técnica.


Recomenda-se o encaminhamento deste parecer à CNR/COPAM.



Sonia Maria Farace Braga Chaves
Gestora Ambiental

Sônia Maria Farace Braga Chaves
Gestor Ambiental
Masp. 1157600 - 6

De acordo,



Rodrigo Ribas
Diretor de Gestão Participativa e Articulação Institucional
Masp. 1220634-8



Marisa Guerra Lapertosa
Superintendente de Gestão Ambiental

Marisa Guerra Lapertosa
Superintendente de Gestão Ambiental
MASP 1143860-3